



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

Sustentabilidade, como lidar com a sua complexidade e os seus desafios?

CAROLINA SAMPAIO MARQUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
MARQUES_CSM@YAHOO.COM.BR

MARCELO TREVISAN
Universidade Federal de Santa Maria
marcelotrevisan@smail.ufsm.br

ANDERSON COUGO DA CRUZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
adm.cougo@gmail.com

Sustentabilidade, como lidar com a sua complexidade e os seus desafios?

Sustainability, how to deal with its complexity and its challenges?

Resumo

Este estudo objetiva discutir a respeito de questões sobre Sustentabilidade, Educação para Sustentabilidade e a relação com os cursos de Administração. A partir de um ensaio teórico, este artigo busca entender qual o papel das instituições educacionais e, como estas devem instigar debates e proporcionar aos estudantes que serão futuros profissionais o desejo e a formação capazes de transmitir o conhecimento sobre o tema a partir do ensino nos cursos de Administração. Através da teoria é analisando como ocorre a inserção da sustentabilidade na formação de administradores e de que modo este assunto ainda é um desafio para as Instituições de Ensino Superior. Assim percebe-se a importância da Sustentabilidade e seus desdobramentos nos cursos de Administração pelo fato de que os egressos deste curso podem ser agentes ativos no processo de desenvolvimento e manutenção de uma sociedade pautada por questões sustentáveis. Discutir sobre a Sustentabilidade, Educação para Sustentabilidade e os cursos de Administração, abre novas e diversas frentes de entendimento a respeito de um tema que, devido a sua natureza sistêmica, permite analisá-lo de maneiras multifacetadas com a intenção de contribuir nas interpretações das ações das universidades que podem refletir em ações organizacionais.

Palavras chave: Cursos de Administração; Sustentabilidade; Educação para Sustentabilidade; Universidades.

Abstract

This study aims to discuss on issues of Sustainability, Education for Sustainability and the relationship with management courses. From a theoretical essay, this article seeks to understand the role of educational institutions and how they should instigate discussions and provide students to be future professionals desire and training capable of transmitting knowledge on the subject from teaching in Administration courses. Through theory is analyzing as is the inclusion of sustainability in the training of administrators and how this issue is still a challenge for higher education institutions. Thus we see the importance of sustainability and its consequences on the Boards of courses by the fact that the graduates of this course can be active agents in the development and maintenance of a society guided by sustainability issues. Discuss Sustainability, Education for Sustainability and Business Administration courses, opens new and different fronts of understanding about an issue that, due to its systemic nature, lets analyze it in multifarious ways with the intention of contributing in the interpretations of shares universities that may reflect organizational actions.

Keywords: Administration courses; Sustainability; Education for Sustainability; Universities.

1. INTRODUÇÃO

O século XX trouxe consigo o crescimento de uma coletividade que começa a se preocupar com a degradação do meio ambiente. O aprofundamento do estudo da problemática ambiental, atrelado à reflexão da influência da sociedade nesse processo, conduziu a um conceito chamado Sustentabilidade. Esse conceito alcançou um destaque a partir da década de 1990, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de desenvolvimento (VAN BELLEN, 2004).

Para Banerjee (2011) a compreensão dos desafios da Sustentabilidade requer também a compreensão dos contextos particulares em que determinadas forças econômicas, ambientais e sociais operam, bem como as dinâmicas de poder entre diferentes atores e instituições que constituem esse disputado terreno. Na mesma linha de raciocínio, Lauder *et al.* (2006) apontam que a educação é uma ferramenta importante para a preparação de indivíduos para uma sociedade sustentável.

A crença na educação, como pertencente a um processo transformador, cuja ação pode alterar padrões antes inadequados se torna importante para propor à sociedade o rompimento de modelos não sustentáveis no processo de desenvolvimento humano (GOTTLIEB *et al.*, 2011). Embora não seja a resposta completa, a educação tem como papel concentrar os esforços para imaginar e criar novas relações entre as pessoas e promover um maior respeito às necessidades do meio ambiente (UNESCO, 1997).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 2005, declarou que entre 2005 e 2014 seria a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e, desde então, diversas organizações não governamentais além de escolas, agências da Organização das Nações Unidas (ONU) têm se interessado pelo tema, demonstrando a importância da atividade educacional na geração de conhecimentos e de mudanças sociais. Apesar da sabida importância do tema, Cars e West (2014) defendem a urgência na promoção, sensibilização e conscientização sobre Educação para Sustentabilidade (EpS) e, para isso, há a necessidade de apoiar pesquisas relacionadas sobre ao assunto e a reorientação de currículos escolares, de tal modo que incorporem princípios sustentáveis no ensino e aprendizagem capazes de integrar, de forma multidisciplinar, os diversos contextos envolvidos (UNESCO, 2005).

De forma análoga, Jacobi (2003) já sinalizava a carência de investimentos na produção de um conhecimento que privilegie as inter-relações de atores e das formas de organização social para que se possa construir um novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na Sustentabilidade Socioambiental. Ainda, de acordo com o mesmo autor, a dimensão ambiental configura-se, crescentemente, como uma questão que envolve um conjunto de integrantes do universo educativo, o que se relaciona com a necessidade de haver inter-relações com diferentes sistemas educacionais, de forma interdisciplinar.

Deste modo, verifica-se que a Sustentabilidade permeia os distintos níveis de educação, desde o inicial básico até o superior e com suas carreiras profissionais. Com o ensino de Administração isso não é diferente: apesar da diversidade de iniciativas e abordagens, a consolidação da inserção da Sustentabilidade na formação de administradores, segue como sendo um desafio para as Instituições de Ensino Superior (GODOY, BRUNSTEIN e FISCHER, 2013). Assim, faz-se necessário entender qual o papel das instituições educacionais, como instigar debates e gerar informações consistentes acerca dos problemas relacionados e ainda, como proporcionar aos docentes atuais e futuros o desejo e a formação capazes de transmitir o conhecimento sobre o tema de forma transversal, independente da área de atuação, conforme a teoria e a legislação confirmam.

Tendo em vista o panorama apresentado, que demonstra a importância da Educação para a Sustentabilidade para a melhoria e manutenção do meio ambiente e dos seus recursos indispensáveis, torna-se relevante relacioná-la com as universidades e os cursos de Administração. Assim, o objetivo deste ensaio teórico é discutir a respeito do conceito de Sustentabilidade, Educação para a Sustentabilidade e o ensino de Administração buscando relacioná-los.

Para tanto, este artigo está estruturado em quatro partes, além desta breve introdução. A primeira aborda aspectos sobre Sustentabilidade; a segunda refere-se aos estudos da Educação para Sustentabilidade; a terceira parte contempla estudos sobre as universidades e os cursos de Administração e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. SUSTENTABILIDADE

Atualmente, o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que há uma restrita consciência a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso (JACOBI, 2003). Com isso, a noção de Sustentabilidade requer uma inter-relação necessária entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (JACOBI, 1997). Para Lange (2012), o desenvolvimento atual das sociedades humanas é colocado sob a nova restrição de Sustentabilidade. Reflexões sobre o futuro a curto, médio ou longo prazos são essenciais para atender a essa exigência de Sustentabilidade.

Com isso, a sociedade deve ser motivada e mobilizada para assumir um caráter propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementarem políticas pautadas pelo binômio Sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social. Para tanto, é importante o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, a busca de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de Sustentabilidade (JACOBI, 2003).

De acordo com Cannon (2010), no entanto, a Sustentabilidade não ocorrerá sem que haja um pensamento transformador sobre os modos de trabalhar, consumir e interagir entre os membros da sociedade. Nesse sentido, serão fundamentais a colaboração e inovação de iniciativas públicas e privadas para desenvolver métodos que reduzam os danos causados às pessoas e ao meio ambiente.

Para Boff (2012), o Desenvolvimento Sustentável (DS) nos moldes atuais é meramente retórico, apresentando uma falsa defesa da “mãe Terra”, acabando por evidenciar as incongruências relacionadas ao binômio crescimento-desenvolvimento, já que para o autor, uma verdadeira Sustentabilidade só será possível mediante uma visão em que o meio ambiente é posto como o principal aspecto em contraposição ao modelo de desenvolvimento focado nas necessidades humanas.

A Carta de Belgrado estabelece esse novo modelo de desenvolvimento e da melhoria do meio ambiente, exigindo uma mudança das prioridades nacionais e regionais. Devem ser questionadas as políticas que procuram intensificar ao máximo a produção econômica sem considerar as consequências para a sociedade e para a quantidade dos recursos disponíveis para melhorar a qualidade de vida. Para que se possa alcançar a mudança de prioridades, milhões de pessoas terão que adequar as suas, e assumir uma ética individualizada e pessoal, e manifestar, em seu comportamento

global, uma postura de compromisso com a melhoria da qualidade do meio ambiente e da vida de todos os povos do mundo (UNESCO/PNUMA, 1977).

Para Hart e Milstein (2004) apesar da recente disseminação do discurso da Sustentabilidade, grande parte dos executivos ainda considera o Desenvolvimento Sustentável uma espécie de carga necessária, uma vez que envolve regulação, custos e responsabilidades onerosas. Porém Lelé (2003) acredita que a discussão já mudou de patamar não estando mais no questionamento de se as preocupações ambientais e o desenvolvimento econômico são contraditórios entre si, e sim na forma como conciliar estes dois aspectos em prol de um Desenvolvimento Sustentável.

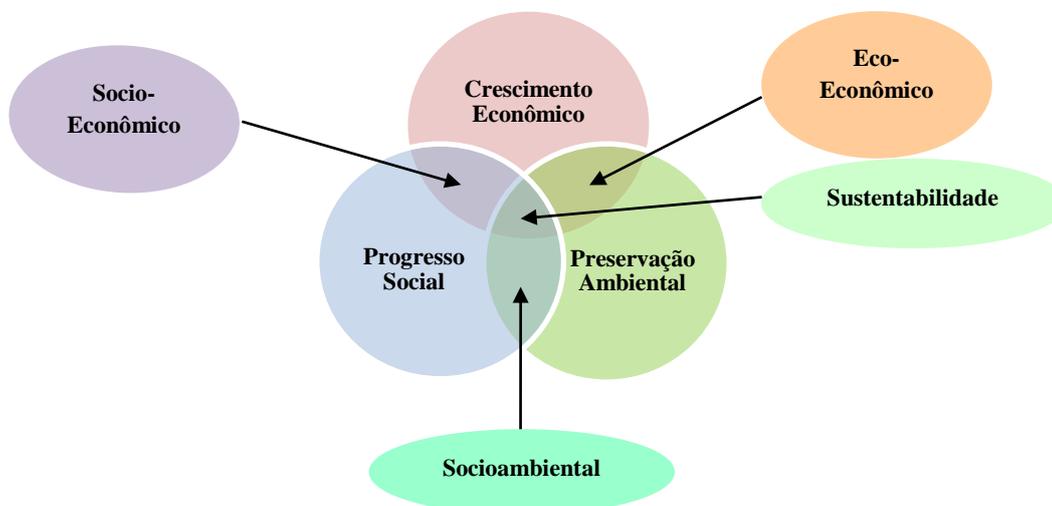
Neste sentido, conceituar o que seria o Desenvolvimento Sustentável é interessante. Este conceito foi originalmente proposto pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, surgindo como uma resposta ao aumento rápido da população mundial no pós 2ª Guerra, atrelada à noção de consumo institucionalizado na época. Deste modo, foi proposta a ideia de crescimento econômico sustentável, que é moderado de forma em que se é pensado não só nas necessidades atuais como também nas consequências dos atos para as gerações futuras (WCED, 1987). Para Lélé (1991) comenta que o Desenvolvimento Sustentável significa o desenvolvimento que pode ser continuado. Já Sachs (2002), o DS é uma resposta viável e necessária que busca a harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos da sociedade.

No Relatório Brundtland, são destacados três componentes fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável: proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social. A partir desse destaque, Elkington (1999) os denominou como *Triple Bottom Line*- *TBL*, representados na Figura 1. De acordo com Lima (2008), o *TBL* são os pilares no qual o Desenvolvimento Sustentável se apoia:

- o econômico, com a criação de empreendimentos viáveis, atraentes para os investidores;
- o ambiental, com a interação de processos com o meio ambiente sem causar-lhe danos permanentes; e
- o social, com o estabelecimento de ações justas para trabalhadores, parceiros e sociedade.

Esse tripé é utilizado para a definição de um conjunto de valores, assuntos e processos que a sociedade deve ter em mente de modo a minimizar os danos resultantes das suas atividades e para criar valor econômico, social e ambiental.

Figura 1 - Triple Bottom Line



Fonte: Elaborados pelos autores com base em Elkington (1999).

Na visão de Sachs (1992), o Desenvolvimento Sustentável é constituído por seis dimensões (social, ecológica, ambiental, econômica, política nacional e política internacional). Já em seu estudo publicado em 2002, Sachs acrescenta mais duas dimensões ao DS (dimensões cultural e territorial). Atualmente há mais uma dimensão que está sendo incluída quando se trata em desenvolvimento sustentável, é a dimensão espiritual (BOFF, 2012). O quadro 1 apresenta uma síntese das dimensões do DS.

Quadro 1 - Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Dimensão	Característica	Referência utilizada
Social	Relaciona-se ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno. Além disso, incluem variáveis como qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.	Sachs (1992)
Cultural	Refere-se ao equilíbrio entre respeito à tradição e inovação.	Sachs (2002)
Ecológica	Possui relação com a preservação do potencial do capital natural, na produção de recursos renováveis e na limitação do uso dos recursos não renováveis.	Sachs (1992)
Ambiental	Trata-se de respeitar e realçar a capacidade uso, respeito e renovação dos ecossistemas naturais.	Sachs (1992)
Territorial	Refere-se a configurações urbanas e rurais de forma equilibradas. Melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.	Sachs (2002)
Econômica	Diz respeito ao desenvolvimento econômico com equilíbrio, seguro, utilizando processos produtivos modernos.	Sachs (1992)
Política (Nacional)	Relaciona a aspectos voltados à democracia, aos direitos humanos, no desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.	Sachs (1992)
Política (Internacional)	Baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional. Também está relacionado ao compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco.	Sachs (1992)
Espiritual	Relacionado ao cuidado com o espírito, aos valores e comportamento relacionado a aspectos voltados para o ser humano.	Boff (2012)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Sachs (1992); Sachs (2002) e Boff (2012).

Ao enfatizar estas dimensões, Sachs (2002) esclarece que para que a sustentabilidade seja alcançada, faz-se necessário a valorização das pessoas, seus costumes e saberes, de acordo com uma visão holística. Para tanto, Sachs (1986) formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento. Ele integrou basicamente seis aspectos, que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: i) a satisfação das necessidades básicas; ii) a solidariedade com as gerações futuras; iii) a participação da população envolvida; iv) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; v) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e vi) programas de educação.

A proposta de Desenvolvimento Sustentável envolve, simultaneamente, todas as dimensões envolvidas. A construção do conceito de Sustentabilidade exige, necessariamente, a adoção de uma visão de planejamento e de operação capaz de contemplar a complexidade dos problemas globais e atender o fator tempo numa escala de curto, médio e longo prazos. A transição do modelo de desenvolvimento atual rumo à Sustentabilidade tem sido, portanto, o grande desafio enfrentado pelos principais

segmentos da sociedade: empresas, governos e sociedade civil organizada (MMA, 2004).

Alguns autores como Banerjee (2003) e Beckerman (2003) colocam em dúvida a validade desse conceito, criticando-o por representar interesses puramente econômicos – à custa das dimensões social e ambiental - especialmente os dos países mais ricos. Nascimento, Lemos e Mello (2008) afirmam que o conceito de Desenvolvimento Sustentável ainda encontra-se em construção, longe de se obter consenso, tendo inclusive autores que consideram esta proposta uma das causadoras dos danos socioambientais.

De acordo com Banerjee (2003), a aparente reconciliação entre crescimento econômico e meio ambiente proposta pelo DS seria simplesmente um elemento utópico, pois se utiliza o mesmo paradigma dominante, marcado pela acumulação capitalista para determinar o futuro da natureza. O autor complementa ao afirmar que o DS simplesmente simplifica o atual modelo de crescimento econômico, adicionando conceitos como os de prevenção da poluição, reciclagem, gerenciamento ambiental, o que não seria adequado. Beckerman (2003) também faz uma crítica à concepção atual de desenvolvimento, pois discorda da “igualdade entre gerações” defendidas pelas teorias de Desenvolvimento Sustentável. Para ele, as gerações futuras não têm direito algum pelo simples fato de ainda não existirem. E uma vez que as gerações futuras não podem ter direitos, os interesses delas não podem ser cobertos por nenhuma teoria da justiça coerente.

Deste modo, a ideia de Sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos (JACOBI, 2003). Isso também implica no fato de que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento. Assim, torna-se interessante entender como promover a interação entre as partes relacionadas e as dimensões envolvidas, para isso a educação apresenta-se como um componente de suma importância, assunto este que será desenvolvido na próxima seção.

3. A EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE (EpS)

A Sustentabilidade envolve, cada vez mais, um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar (JACOBI, 2003). Desse modo, a educação superior pode ser considerada como uma importante ferramenta para se trabalhar o DS, tendo responsabilidade moral de contribuir para o desenvolvimento de forma a criar condições para que a sustentabilidade ocorra (WASS *et al.*, 2012).

A expansão gradual desse tema influenciou a educação e gerou uma tendência iniciada com os organismos internacionais de substituir a concepção de educação ambiental, até então dominante, por uma nova proposta de “Educação para a Sustentabilidade” ou “para um Futuro Sustentável” (CARS e WEST, 2014). Barbieri e Silva (2011) apontam outro sinônimo para o tema: “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Essas três expressões são usadas de forma igual nos documentos da ONU

e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura desde proclamação, pela Assembleia das Nações Unidas, do Decênio das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (BARBIERI e SILVA, 2011).

Hesselink, Kempen e Wals (2000) afirmam que o conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável pode ser abordado a partir de, no mínimo, duas perspectivas. A perspectiva educacional traz as noções de aprendizagem individual, pedagogia e emancipação. Já a perspectiva de desenvolvimento sustentável inclui a política e gestão de processos participativos nas organizações e comunidades. Os mesmos autores comentam que de acordo com uma pesquisa realizada com dois públicos distintos – professores e gestores da área ambiental - há um consenso de que a EpS é uma força, fenômeno ou ferramenta dentro da educação contemporânea, tanto formal quanto não-formal e que deve ser reconhecida pelo seu valor agregado para tratar questões relacionadas ao meio ambiente e à sociedade.

A Agenda 21, em seu capítulo 36, aponta a Educação para um Futuro Sustentável como um importante norteador da Sustentabilidade e que gerou mudanças em políticas educacionais de diversos governos europeus e gradualmente passou a penetrar em países centrais e periféricos e outras esferas de governo (LIMA, 2002). No Brasil, existe uma crescente na difusão do discurso da sustentabilidade, porém ainda é pequena a difusão da Educação para a Sustentabilidade na literatura e nas práticas que relacionam educação e meio ambiente (LIMA, 2002). Para Cars e West (2014), a Educação para a Sustentabilidade está relacionada historicamente a uma mudança conceitual em que à Educação Ambiental (EA) foi adicionado um componente de desenvolvimento formado pelo tripé do discurso sobre o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, existem dúvidas sobre a diferença entre EpS e EA. Santos e Freitas (2014) comentam que a Educação para a Sustentabilidade é o resultado da evolução lógica da Educação Ambiental. Outros autores, como Tilbury (1996) argumentam que a EpS surgiu como uma tentativa de superação de alguns problemas apresentados pela educação ambiental e reconhecem, em geral, que esta não se mostrou capaz de sanar os problemas advindos da crise atual, não obtendo os resultados esperados nas últimas décadas.

Sterling (2001) afirma que a EA tem uma limitação relacionada à dimensão social na qual as mudanças necessárias exigem um novo paradigma integrador – ou holístico - que a Educação Ambiental não conseguiu pôr em prática, embora tenha reconhecido essa necessidade na teoria. Enfim, tanto Sterling (2001) quanto Tilbury (1996) acreditam que ao assumir uma concepção reducionista, acreditando que a crise ambiental envolveria apenas aspectos ecológicos, desconsiderando que o meio ambiente não envolve apenas o meio natural e esquecendo outras dimensões da sustentabilidade gerou uma abordagem fragmentada da educação ambiental. Isso gerou a dificuldades de entendimento e de gerar soluções para os problemas da sociedade atual.

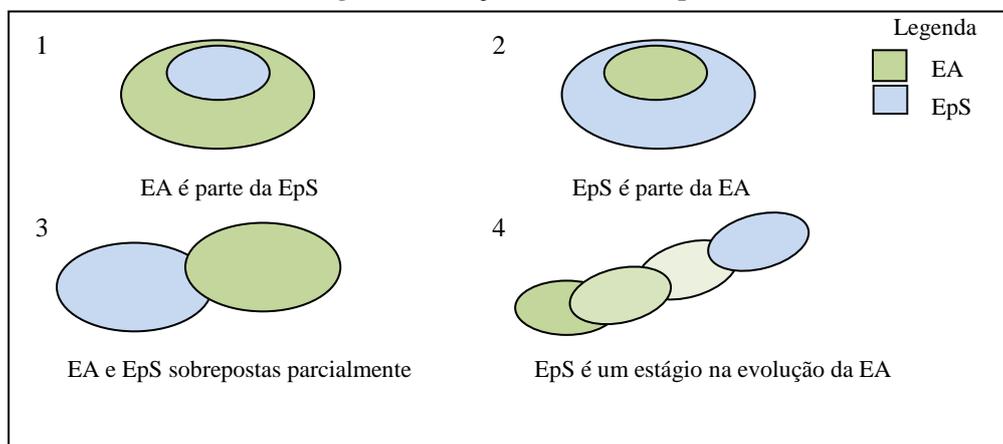
Ademais, Sauvé (1997) reforça o fato de que a Educação Ambiental, apesar dos problemas enfrentados, é de reconhecida importância para o processo de sensibilização para a problemática ambiental, porém a mesma não teve suficiente capacidade para atender às expectativas de mudanças criadas durante seu desenvolvimento. Assim, percebe-se que o discurso da Educação para a Sustentabilidade é uma vertente da Educação Ambiental na intenção de tornar o conceito mais factível e mais próximo da realidade atual.

Hesselink, Kempen e Wals (2000) não conseguiram estabelecer consenso entre a relação que existe entre EA e EpS. Segundo esses autores são quatro as perspectivas a serem analisadas:

- perspectiva 1: a EA é uma parte da EpS, onde a EpS é mais abrangente por incluir questões de desenvolvimento, as relações entre países pobres e ricos e questões de diversidade cultural, social e equidade ambiental;
- perspectiva 2: a EpS é uma parte da EA;
- perspectiva 3: a EpS e a EA são conceitos como distintos entre si, porém com algumas semelhanças como na importância que o meio ambiente possui na sociedade atual, entre outros, e;
- perspectiva 4: a EpS é o próximo estágio de evolução da EA, pois inclui a esse conceito questões de ética, equidade e novas formas de pensar e aprender.

A Figura 2 mostra as quatro relações entre EA e EpS encontrados por Hesselink, Kempen e Wals (2000). Apesar das diferenças de opinião sobre a relação entre EA e EpS, a maioria dos gestores e professores que participaram da pesquisa, consideraram a EpS como o próximo estágio evolutivo ou uma nova geração de EA, sendo esta a concepção adotada neste trabalho.

Figura 2: Relações entre EA e EpS



Fonte: Adaptada pelos autores com base em Hesselink, Kempen e Wals (2000).

Para Vilches *et al.* (2011), muitos autores, como Lima (2003) e Sterling (2001), acusam a EA como reducionista e a EpS como pragmática e de estar a serviço de um desenvolvimento predador. Porém, Vilches *et al.* (2011) acreditam que as tensões existentes entre a EA e a EpS são apenas mal entendidos que precisam ser desfeitos, pois tem afetado, principalmente, os professores e traduzem-se, muitas vezes, em desconhecimento e desinformação.

A EpS é identificada mais do que apenas uma forma de disseminar conhecimento sobre Sustentabilidade, ela tem como intenção envolver os alunos para a reflexão crítica sobre suas ações e estilos e capacitá-los para a tomada de decisão sustentável. A Educação para a Sustentabilidade está sendo cada vez mais reconhecida como mais do que apenas a divulgação de conhecimentos ou conceitos sobre sustentabilidade. Cada vez mais, entende-se que a EpS constitui um processo que envolve gestão e sistemas adaptativos de pensamento, exigindo criatividade, flexibilidade e reflexão crítica (TILBURY, 2002). O Quadro 2 sintetiza as principais diferenças entre EA e EpS.

Quadro 2 - Diferenças/Relações entre EA e EpS

Educação Ambiental	Educação para a Sustentabilidade	Autor que sustenta esta concepção
Reducionista (Envolve apenas o aspecto ambiental)	Mais ampla (envolve outros aspectos além do meio ambiente)	Sterling (2001) Tilbury (1996)
Defende concepções que priorizam o meio ambiente	Pragmática (utiliza a concepção para justificar o desenvolvimento atual)	Sterling (2001) Lima (2003)
Conceito utópico	Conceito trazido para uma dimensão mais factível de ser realizada	Sauvé (1997)
Relação apenas com o meio ambiente	Componente Ambiental Componente Social Componente Econômico	Cars e West (2014),
Conceito Original	Evolução do Conceito	UNESCO (1999)

Fonte: Elaborado pelos autores com base no referencial teórico.

Apesar das teorias relacionarem os componentes entre a Educação Ambiental e a EpS, propondo diferenças no seu significado, percebe-se que a finalidade das duas teorias são semelhantes: buscar formas inserir conceitos ambientais no cotidiano da sociedade de forma a proporcionar um Desenvolvimento Sustentável. Deste modo, identificam-se semelhanças nos objetivos propostos e na intenção de sensibilizar e conscientizar as pessoas através das teorias elencadas.

Sterling (1996) acredita que uma das principais características da EpS é o seu componente holístico e integrador que faz com que os elementos educacionais converjam em prol da Sustentabilidade. Já Springett e Kearins (2005) apontam cinco características para a Educação para a Sustentabilidade:

- interdisciplinar e holística;
- guiada por valores;
- promotora da atuação participativa por meio do pensamento crítico e da solução de problemas;
- realizada a partir de abordagem multimétodos que envolvam diferentes métodos pedagógicos de ensino;
- apoiada em processos inclusivos e participativos.

Jacobi (2003) acredita que é preciso criar um ambiente favorável que facilite o processo de educação voltada para a Sustentabilidade, suprindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores, a fim de tornar transparentes os procedimentos que garantam os meios de criar estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento.

4. A EPS NAS UNIVERSIDADES E NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Percebe-se, pelo mundo, que diversas instituições de ensino têm começado a entender a necessidade de serem mais sustentáveis, servindo de modelo na instituição e na adoção de práticas que busquem a continuidade dos recursos (CLUGSTON, 2004). Estas adoções são tanto em gestão universitária, pensando na infraestrutura e treinamento, como também por meio de inclusões em currículos de cursos e projetos. Wrigth (2004) afirma que diversas universidades do mundo já assinaram declarações de compromisso com a Sustentabilidade e, além disso, é notória a importância que estas possuem para gerar a mudança de que se necessita. Para Clugston (2004) as universidades têm como responsabilidade ensinar sobre problemas sociais, além de liderar debates sobre o tema no intuito de propor soluções. O ensino superior deve questionar a realidade, estimulando o desenvolvimento de novos conhecimentos,

habilidades e valores gerando cidadãos mais sensíveis para a problemática ambiental, para que assim possam contribuir para um mundo melhor.

Pesquisa realizada por Pinheiro *et al.* (2011), envolvendo universitários do nordeste brasileiro sobre questões relacionadas à Sustentabilidade, mostrou indícios de que a conscientização e sensibilização para os problemas relacionados ao Desenvolvimento Sustentável ajudam a transformar o discurso em prática. O que reforça o importante papel das Instituições de Ensino Superior - IES para vencer o atual desafio ambiental. De acordo com Brunstein, Godoy e Silva (2014), não se pode negar que se vive um momento histórico e social favorável à construção de novos fundamentos da educação gerencial os quais se relacionam à inserção de aspectos voltados à Sustentabilidade na prática das organizações.

Analogamente, Castro (2000) reforça a importância do papel das universidades neste contexto e comenta que as mesmas devem ser espaços de relevância para a produção do saber, e que devem congregiar em seus trabalhos a busca de soluções socioambientais, de curto, médio e longo prazos. A demora da produção do conhecimento sobre Sustentabilidade e a dificuldade de transmitir informações para a comunidade, pode ser decisiva para evitar prejuízos às novas gerações.

Ao implantar premissas sustentáveis nas IES, Fouto (2002) acredita que haja a promoção da educação como um importante elemento para a inserção de valores e de comportamentos éticos e que contribui para a capacitação e formação dos atores envolvidos no processo, sejam eles tomadores de decisão, professores, alunos e sociedade, gerando conhecimento, mobilização e integração entre os envolvidos. Fouto (2002) ainda sugere a inclusão de algumas práticas nas universidades, como: i) procedimentos internos sustentáveis; ii) capacitação ambiental do corpo docente; iii) sensibilização da população envolvida com a prática da Sustentabilidade; iv) disseminação do conhecimento gerado dentro e fora dos muros da instituição; v) incentivo à pesquisa com vistas ao DS de forma interdisciplinar; vi) compromisso de todos os envolvidos com a ética e a responsabilidade social; vii) formação de parcerias com outras IES e com outros setores da sociedade.

Desse modo, percebe-se que as questões voltadas para a Sustentabilidade estão cada vez mais em pauta, nas universidades e nos cursos superiores. No caso dos cursos de Administração, apesar da pouca disseminação do tema, há um aumento de estudos que procuram relacionar à Educação para a Sustentabilidade com esta área de atuação (DEMAJOROVIC e SILVA, 2012; FISHER e BONN, 2011; JACOBI *et al.*, 2011, BEVAN, 2014). Os autores Gonçalves-Dias *et al.* (2009) afirmam a necessidade do ensino ambiental nos cursos de Administração, uma vez que em suas salas de aula emergem gestores, líderes e profissionais que poderão prejudicar ou mitigar o desenvolvimento sustentável (GODOY, BRUNSTEIN e FISCHER, 2013).

Na mesma linha, Paulo e Ferolla (2010) acreditam que a formação dos Administradores deve ter como princípio proporcionar uma visão que transcenda o utilitarismo puro e simples e passe a avaliar os benefícios da tomada de decisão em direção à sustentabilidade. Por essa razão, conforme afirma Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), os Cursos de Administração, no nível de graduação e pós-graduação, devem levar em consideração em seu currículo e, portanto, em seu projeto pedagógico e no seu processo ensino-aprendizagem, novas disciplinas na formação profissional do Administrador; entre elas a gestão ambiental, com o objetivo de acompanhar as transformações e as necessidades do mercado diante do processo de globalização.

Para Godoy, Brunstein e Fischer (2013), apesar do crescente interesse pelo tema, sua inserção no ensino e pesquisa em Administração tem sido lenta. As autoras observaram que do total de artigos publicados no período 2006-2012 nos seis principais

periódicos nacionais da área de Administração, 6,2% trataram temas de gestão ambiental. Isso representa evolução em relação aos 2,3% obtidos em pesquisa relativa ao período 1996-2005. As autoras também expõem outra constatação: a de que entre os grupos de pesquisa registrados no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – na área de Administração, 25% abordam tópicos ligados à Gestão Ambiental, sendo que 93% desses grupos se iniciaram após 2002, ano em que foi regulamentada a lei nº 9.795/1999 (trata da obrigatoriedade da inserção da educação ambiental na educação formal em seus mais diversos níveis), ficando clara a importância de ações concretas do setor governamental para promover a educação voltada para a sustentabilidade.

Já Amorim e Custódio (2010) apontam um aspecto negativo neste processo: há a ausência de disciplinas, de professores, e ainda de uma visão socioambiental nas Instituições de Ensino Superior para oferecer aos cursos de Administração uma abordagem mais holística, o que faz com os discentes tenham menos possibilidades de articular esta visão ampla sobre a participação e intervenção direta das empresas privadas frente às questões socioambientais.

De acordo com Junior *et al.* (2014), no que se refere aos cursos de Administração, pode-se identificar algumas inclusões da Sustentabilidade em cursos de MBA nos EUA, porém, no Brasil, este assunto ainda não é pacífico. Diversos autores comentam as dificuldades existentes para se incluir esse assunto em Cursos de Administração, como: i) a questão da interdisciplinaridade do tema, que vem a dificultar uma implementação efetiva da matéria (JACOBI *et al.*, 2011); ii) uma visão mais sistêmica, que considere a aprendizagem a partir de uma participação mais concreta dos diversos *stakeholders* envolvidos (JACOBI *et al.*, 2011); iii) a introdução de novas formas de ensino-aprendizagem (Gonçalves-Dias, Herrera & Cruz, 2013); iv) obstáculos na criação de um novo currículo (Leal Filho, 2011), entre outras.

Outra dificuldade da inserção desse assunto é apontada por Springett (2005) ao identificar a dificuldade de compreensão dos estudantes que a Sustentabilidade não é somente um discurso sobre ecologia e economia, mas é essencialmente ideológica e política. A Educação para a Sustentabilidade envolve um processo de investigação crítica que encoraja as pessoas a explorarem a complexidade e as implicações dessa abordagem frente às forças econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e ambientais que a nutrem ou a impedem (GODOY, BRUNSTEIN e FISCHER, 2013). Para Venzke e Nascimento (2013) é necessário que as instituições brasileiras de ensino que formam administradores ampliem a base epistemológica atual para serem capazes de resolver, de modo mais completo, as questões relacionadas à Sustentabilidade Socioambiental.

Muitas vezes a integração das variáveis ambientais nas propostas pedagógicas dos cursos de Administração é vista como um aspecto negativo, pois ameaça à competitividade das organizações (DEMAJOROVICK e SILVA, 2012), porém conforme o referencial aponta se torna se um processo na qual as instituições de ensino devem passar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise teórica realizada com o objetivo de estabelecer discussões sobre a importância da Sustentabilidade, Educação para Sustentabilidade para as universidades e para os cursos de Administração como uma das formas possíveis de tornar o mundo um lugar melhor para as gerações futuras. Mesmo considerando que a

análise apresentada seja inicial e carente de exames aprofundados, percebe-se a necessidade de que estes assuntos sejam mais estudados no nível universitário e que as questões relacionadas à Sustentabilidade não sejam apenas discursos e se tornem práticas disseminadas e reforçadas por toda a comunidade.

Outro ponto relevante na temática é a importância da Sustentabilidade e seus desdobramentos nos cursos de Administração pelo fato de que os egressos deste curso podem ser agentes ativos no processo de desenvolvimento e manutenção de uma sociedade pautada por questões sustentáveis.

Acrescenta-se a essas exposições, que o assunto discutido é um tema emergente que pode gerar debates, contrapontos e interesses nem sempre comuns. É um tema gerador de conflitos de ordem política, social, cultural, econômica, entre outros, propondo e requerendo condutas alternativas. Deste modo, o principal desafio da Sustentabilidade é como promovê-la e a que custo. Quem terá que deixar de fazer algo e quem perderá suas regalias? Como fazer para que a Sustentabilidade seja entendida como uma necessidade por todos os stakeholders? Estas perguntas são de difíceis respostas, porém sabe-se que um dos caminhos possíveis é através da educação, sendo as universidades uma das promotoras do processo.

Assim, é necessário considerar as culturas de cada local com a preocupação de desenvolver um perfil profissional com habilidades e características adequadas a Sustentabilidade e a Educação para Sustentabilidade. Discutir a EpS como uma forma de se alcançar a Sustentabilidade de forma consciente trás consigo a necessidade de entender o poder que a educação possui para transformar uma realidade que possui perspectivas não muito positivas. Com isso, existem grandes oportunidades e necessidades de as instituições de ensino superior estimular a compreensão da comunidade acadêmica sobre os conceitos aqui relacionados, criando o compromisso de uma sociedade mais sustentável.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. C. M.; CUSTÓDIO, L. S. A necessidade de estruturação dos pressupostos da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial para as realidades do ensino/aprendizagem nos cursos de administração. **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais** da UNI-BH, v. 3, n. 1, jul. 2010

ANDRADE, Rui O. Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros. **Gestão Ambiental**; Ed.Makron Books; São Paulo; 2000

BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, n. 24, p. 143-180, 2003

BANERJEE, S. B. Embedding sustainability across the organization: a critical perspective. **Academy of Management Learning & Education**, v. 10, n. 4, p. 719–731, 2011.

BARBIERI, Jose Carlos ; SILVA, Dirceu da . Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 51-82, 2011.

BECKERMAN, W. **A Poverty of Reason: Sustainable Development and Economic Growth**. California: The Independent Institute, 2003.

BEVAN, David. **O MBA One Planet**. In: BRUNSTEIN, J et al.. Educação para a Sustentabilidade nas Escolas de Administração – São Carlos: Rima Editora, 2014.

- BOFF, L. **Sustentabilidade o que é e o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 1-4, abr. 1999.
- BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S. e SILVA, H. C.. (2014). **Educação para a Sustentabilidade nas Escolas de Administração** – São Carlos: Rima Editora, 2014.
- Cannon, M. (2010). **Going beyond compliance: examining of sustainability education planning practices in US MBA business school programs**. Doctoral dissertation. University of Georgia, Athens, USA.
- CASTRO, R. S. de (orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CARS, M.; WEST, E.E. **Education for sustainable society: attainments and good practices in Sweden during the United Nations Decade for Education for Sustainable Development (UNDESD)**. Environment, Development and Sustainability, 2014 – Springer
- CLUGSTON, R. Foreword. In: CORCORAN, P. B.; WALSH, A. E. J. **Higher Educations and the Challenge of Sustainability: Problematics, Promise and Practice**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004.
- DEMAJOROVICK, J.; SILVA, H. C. O.. Formação interdisciplinar e sustentabilidade em cursos de administração: desafios e perspectivas. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, 13(5): 39-64. 2012.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1999. 402p.
- FISHER, J., & BONN, I. Business sustainability and undergraduate management education: an Australian study. **Higher Education**, 6(5), 563-571, 2011.
- FOUTO, A., R., F.. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais**, Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Relações Internacionais do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa. 2002
- GODOY, A.S.; BRUNSTEIN, J.; FISCHER, T.M.D.. Introdução ao fórum temático. sustentabilidade nas escolas de administração: tensões e desafios. **Rev. Adm. Mackenzie - RAM**, 14(3), Edição Especial: 14-25. 2013.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F. TEODOSIO, A. S; CARVALHO, S.; SILVA, H. M. Consciência ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 8, n. 1, artigo X, jan.-jun. 2009.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F., HERRERA, C. B., & CRUZ, M. T. DE S. Desafios (e dilemas) para inserir “sustentabilidade” nos currículos de administração: um estudo de caso. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, 14(3), 119–153, 2013.
- GOTTLIEB Dan; VIGODA-GADOT Eran; HAIM Abraham; et al.. The ecological footprint as an educational tool for sustainability: A case study analysis in an Israeli public high school. **International Journal of Educational Development** Volume: 32 Issue: 1 Pages: 193-200. 2011.
- HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando Valor Sustentável. **RAE Executivo**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 65-79, mai/jul. 2004.

HESSELINK, F.; VAN KEMPEN, P.P.; WALSH, A. **ESDebate. International debate on education for sustainable development**. Gland: IUCN, 2000

JACOBI, P. R., RAUFFLET, E., & ARRUDA, M. P. de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração : Reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, 12(3), 21–50, 2011.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p.189-205, mar. 2003.

JACOBI, P. . Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390

JUNIOR, F. H.; DIAS, B. G.; ZELLMEISTER, L. M.; BRINHOLI, C. F. A Sustentabilidade no Ensino de Administração: Proposta de um Currículo Básico para o Curso de Graduação. In: **Anais do XXXVIII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2014.

LANGE, J. M.. Education in Sustainable Development: How Can Science Education Contribute to the Vulnerability Perception? **Res Sci Educ** 42:109–127. 2012.

LAUDER, H., P. BROWN, J. A. DILLABOUGH & A. H. Halsey. Education, globalization and social change. **Oxford University Press**, Oxford, 2006.

LEAL FILHO, W.. About the Role of Universities and Their Contribution to Sustainable Development. **Higher Education Policy**, 24: 427–438. 2011.

LÉLÉ, S.M. "Sustainable Development!: a critical review". **World Development**,19(6):607-21, Greed Britain, Pergamon Press, jun.1991.

LELE, U. Biotechnology: opportunities and challenges for developing countries. **American Journal of Agricultural economics**, v. 85, i.5, p. 1.119-1.125, Nov. 2003.

LIMA, G. F. da C. Educação e sustentabilidade: possibilidade e falácias de um discurso. In: I ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002. Anais... Indaiatuba, SP, 6 a 9 novembro de 2002. 15p.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a Educação. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003

LIMA, A. “Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Sustentável Empresarial: Uma Contribuição da Academia”, **Projeto de Iniciação Científica**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MMA/MEC. Conferência Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF, 1997.

NASCIMENTO, L.; LEMOS, A.; MELLO, M. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

PINHEIRO, L. V. S.; MONTEIRO, D. L. C.; GUERRA, D. S.; PEÑALOZA, V. Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental. **Revista de Administração Mackenzie-RAM**, v. 12, n. 3, p. 83-113, 2011.

PAULO, R.R.D.; FEROLLA, L.M.. Ensaio sobre a Educação Ambiental na formação de gestores. FEA/USP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 2010. **Anais ENGEMA**, São Paulo: FEA/USP, 2010.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 206 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, L.C.; FREITAS, M. **Educação para a Sustentabilidade**. 1.ed. Florianópolis: UDESC: UAB: CEAD, 2014.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, vol 6, nº 010, jul-dez, Mato Grosso: UFMT, 1997.

SPRINGETT, Delyse. Educations for sustainability in the business studies curriculum: a call for a critical agenda. **Business Strategy and the Environment**. Volume 14, n 3, p 146–159, 2005.

SPRINGETT, Delyse; KEARINS, Kate. Educating for sustainability: an imperative for action. **Business Strategy and the Environment**. Volume 14, n 3, p 143–145, 2005.

STERLING, Stephen. Education in Change. In: HUCKLE, John.; STERLING, Stephen. (org). **Education for sustainability**. London: Earthscan Publications Ltda, 1996. p. 18-39.

STERLING, Stephen. **Sustainable education: re-visioning learning and change**. Bristol, UK: Green Books, 2001.

TILBURY, Daniella. Environmental education for sustainability in Europe: philosophy into practice. **Environmental Education and Information**, vol. 16, nº 2, Salford, UK, 1996.

TILBURY, D. et al. **Education and sustainability: responding to the global challenge**. Gland, Switzerland: IUCN, CEC, 2002.

UNESCO/Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA). **Carta de Belgrado**. Colóquio sobre Educação Ambiental, 1975. Disponível em: <http://www.esac.pt/abelho/EdAmbiental/carta_de_Belgrado.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2014.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada**. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

UNESCO. **Educación para um futuro sostenible: Educación para um futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada**. Paris: Unesco, EPD-97/CONF.401/CLD.1, 1997.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/>>. Acesso em: set. 2014.

VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2004. Disponível em: . Acessado em: 23 fev. 2015.

VENZKE, C. S e NASCIMENTO, L. F.. caminhos e desafios para a inserção da sustentabilidade socioambiental na formação do administrador brasileiro. **RAM - Rev. Administração Mackenzie**, v. 14, n. 3, ed. especial. São Paulo, maio/jun. 2013.

VILCHES, A.; GIL-PÉREZ, D.; PRAIA, J. De CTS a CTSA: Educação por um Futuro Sustentável. In: AULER, D.; SANTOS, W.L.P. (Orgs). **CTS e Educação Científica: Desafios Tendências e Resultados de Pesquisa**. Brasília: UnB, 2011. p. 161-184.

WACKERNAGEL M.; REES W., **Our ecological footprint**, The new catalyst bioregional series, Gabriola Island, B.C.: New Society Publishers, 1996.

WASS, T.; HUGÉ, J.; CEULEMANS, K.; LAMBRECHTS, W.; VANDERNABEELE, J.; LOZANO, R.; WRIGHT, T. (2012) **Sustainable Higher Education - understanding and moving forward**. Brussels, Belgium: Flemish Government – Environment, Nature and Energy Department.

WCED – World Commission on Environment and Development – **“Our Common Future”** – The Brundtland Report – Oxford, Oxford University Press, 1987, 387p.

WRIGHT, T. S. A.. The evolution of sustainability declarations in higher education. In: Corcoran, P. B.; Wals A. E. J. (editors), **Higher Education and the Challenge of Sustainability: problematics, promise and practice**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004.